

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.253.828 - MG (2018/0042895-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : LUCIANO MARTINS NOGUEIRA - ESPÓLIO**  
**AGRAVANTE : LEILA TOGEIRO FERREIRA NOGUEIRA - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADO : PALOVA AMISSES PARREIRAS - MG055542**  
**AGRAVADO : HOSPITAL MATER DEI S/A**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO - MG042785**  
**PAULO DE TARSO JACQUES DE CARVALHO - MG056401**  
**ROBLEDO OLIVEIRA CASTRO - MG053795**  
**MARCELO ARANTES KOMEL - MG045366B**

## DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15) interposto por **LUCIANO MARTINS NOGUEIRA - ESPÓLIO E OUTRA**, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 432, e-STJ):

AÇÃO DE COBRANÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRELIMINAR REJEITADA. PRESCRIÇÃO. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO IMPOSSIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE HOSPITAL PARTICULAR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPROVADA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1) A legitimidade da parte é condição da ação e se verifica pela correspondência entre os sujeitos do direito material controvertido (sujeitos da lide) e os da relação processual estabelecida (sujeitos do processo). 2) Consoante o disposto no artigo 503 do Novo CPC, a questão prejudicial decidida no processo faz coisa julgada, não sendo possível rediscutir a matéria. 3) Estando comprovada a celebração do contrato, e não havendo prova da assunção de obrigação excessivamente onerosa pelos réus, o autor tem direito ao recebimento dos valores referentes ao serviços hospitalares prestados. (e-STJ, fl. 432).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem (fls. 470-478, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 481-493, e-STJ), os recorrentes apontaram violação aos artigos 157 e 887 do Código Civil, ao art. 6º do CDC; ao art. 5º, XIX da CF e ao art. 75 do Decreto n. 57.663/1966. Sustentaram, em síntese: *i*) a nota promissória é dotada de autonomia e não possui qualquer vinculação com a obrigação que lhe deu causa; *ii*) a nota promissória foi assinada apenas por Luciano Martins, não podendo ser imputada à insurgente Leila Togeiro a obrigação de pagar o título de crédito; *iii*) foi violado o direito à informação; *iv*) houve vício de consentimento na assinatura do contrato.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 497-503, e-STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 505-506, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo, dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 509-518, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 524-529, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, quanto à apontada violação ao artigo 5º, XIX, da Constituição Federal, a pretensão fora deduzida em sede imprópria. A competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de eventual violação a dispositivos e princípios constitucionais sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal.

2. Os recorrentes apontam ofensa aos artigos 887 do Código Civil e 75 do Decreto 57.663/66, ao argumento de que não poderiam os dois recorrentes serem condenados ao pagamento do título de crédito, pois teria sido assinado por apenas um deles. No ponto, denota-se que a referida tese e o conteúdo normativo dos citados dispositivos não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, mesmo após o julgamento dos aclaratórios.

Ademais, nas razões do especial deixaram os recorrentes de apontar eventual violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

Na hipótese, portanto, incide o teor das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF, a saber: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se a correta interpretação da legislação federal. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE NOME EMPRESARIAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA, MARCA E NOME DE DOMÍNIO. ART. 461, § 4º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. MULTA. OFENSA AO ART. 461, § 6º, DO CPC/1973. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido na petição de recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco suscitado em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. [...] 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 631.332/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o teor das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

3. Apontam os recorrentes, ainda, violação ao artigo 6º do CDC, ao argumento de que houve violação ao direito de informação e ofensa ao artigo 157 do CC, ante a existência de vício de consentimento.

No particular, o Tribunal de origem, à luz do acervo fático-probatório dos autos, consignou expressamente que os recorrentes tinham conhecimento das cláusulas contratuais, bem como não provaram o desconhecimento dos termos da avença e dos respectivos valores. É o que se extrai dos seguintes trechos do julgado (fls. 441-442, e-STJ):

A par disso, da análise do conjunto probatório, **não se vislumbra** a ocorrência do "estado de perigo" e tampouco de **qualquer vício de consentimento**, pois o contrato de prestação de serviços hospitalares de fls.07/08 foi assinado pelo paciente Luciano Martins Nogueira e por sua esposa Leila Togeiro Ferreira Nogueira.

(...)

Portanto, **os réus-segundos apelantes não provaram que desconheciam os termos do contrato e que não tinham ciência dos valores dos serviços prestados.**

De mais a mais, **o paciente Luciano Martins Nogueira assinou a nota promissória de fl. 18 para repactuar a dívida, o que evidencia o conhecimento das cláusulas contratuais.**

Para alterar tais conclusões, seria necessário o reexame dos fatos e provas dos autos, além da interpretação das cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, conforme disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PLANO DE  
SAÚDE. NEGATIVA DE TRATAMENTO. RECUSA INDEVIDA.  
**LESÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO. MATÉRIA QUE  
DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO  
FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5, 7 E 608**

# Superior Tribunal de Justiça

**DO STJ. REEMBOLSO DEVIDO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 2. A modificação das conclusões do v. acórdão recorrido, nos moldes em que postulada pela ora recorrente, demandaria a análise de cláusulas do contrato original firmado entre as partes e das peculiaridades fáticas do tratamento pleiteado, o que encontraria óbice nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.**

3. Agravo interno ao qual se nega provimento. (AgInt no AREsp 1215981/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. **ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. COAÇÃO NÃO COMPROVADA. ALTERAR O ENTENDIMENTO DEMANDARIA A ANÁLISE DAS CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ.** 2. PROTESTO LEGÍTIMO. EXISTÊNCIA DE DÉBITO HOSPITALAR E NEGATIVA DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADA. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. **A análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à existência do vício de consentimento na assinatura do contrato, demandaria o reexame das circunstâncias fáticas da causa, o que é vedado em recurso especial, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.** 2. **A revisão do julgado a quo exigiria o revolvimento das cláusulas pactuadas entre as partes (Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços Hospitalares) e das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação das Súmulas 5 e 7 desta Corte. [...]** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 843.117/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 11/05/2016) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor das Súmulas 5 e 7/STJ.

**4. Do exposto, nego provimento ao agravo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator